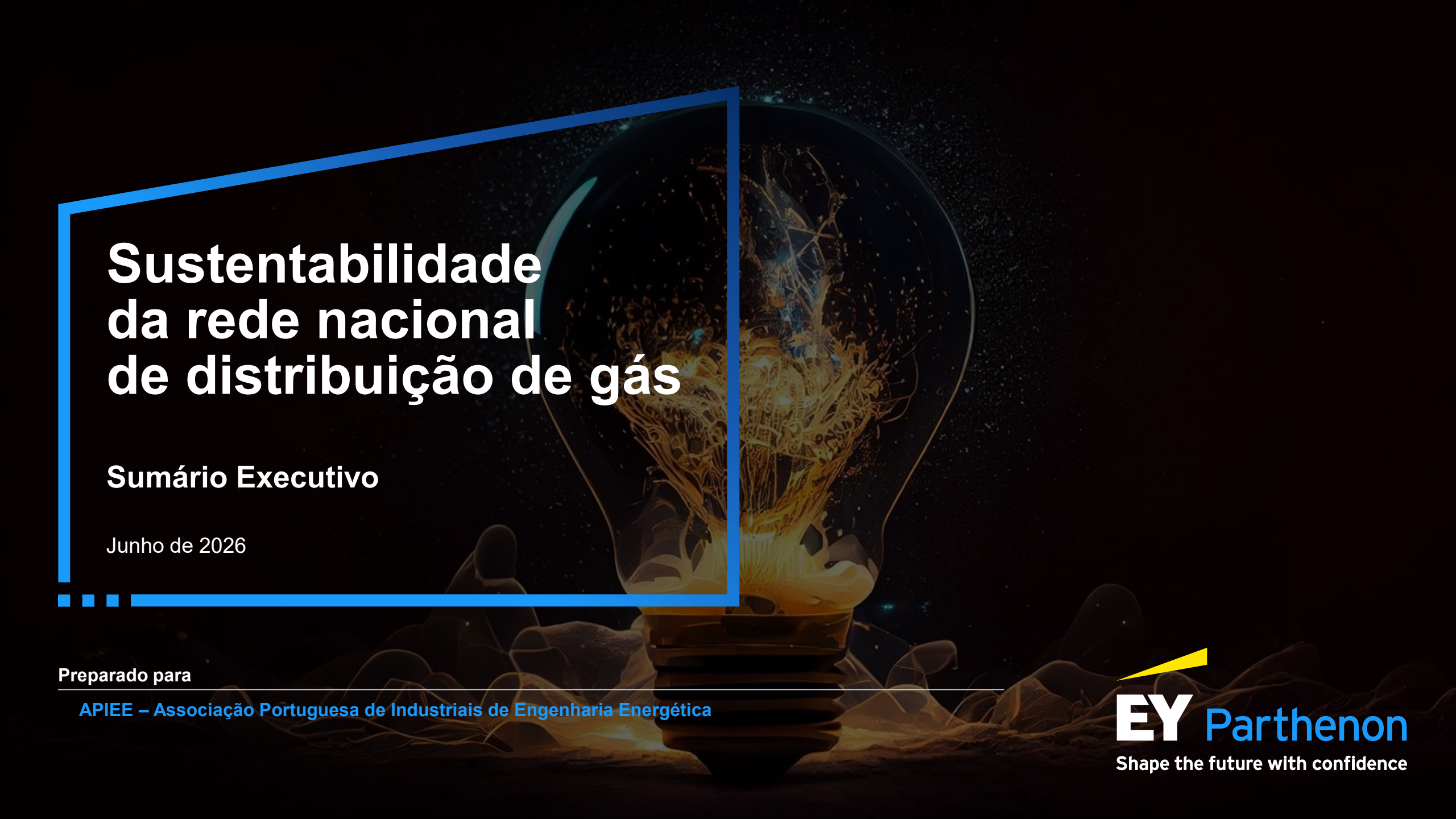




Sustentabilidade da rede nacional de distribuição de gás

Sumário Executivo

Junho de 2026

Preparado para

APIEE – Associação Portuguesa de Industriais de Engenharia Energética



João Rodrigues

Diretor Executivo – APIEE

Preâmbulo

Na sua qualidade de associação empresarial representativa dos prestadores de serviços, vulgarmente designados por Instaladores, das áreas da eletricidade, gás e telecomunicações, a APIEE – Associação Portuguesa dos Industriais de Engenharia Energética tem procurado desenvolver um conjunto de iniciativas diversas e um diálogo institucional, que seja útil para todo o ecossistema nacional.

Conforme temos vindo a afirmar, somos favoráveis a uma Transição Energética justa e inclusiva, que acomode as mais diversas fontes de energias renováveis e que garanta um futuro mix energético descarbonizado, seguro, resiliente e competitivo.

Para além disso, o atual contexto político internacional, marcado por diversas tensões regionais, demonstra a urgência de todos os países reforçarem a sua autonomia energética, tendo necessariamente de enfrentar as suas fragilidades ou dependências estruturais.

Estando o setor energético português num momento de transformação estrutural, em que as decisões regulatórias e de política pública assumem um papel determinante na definição do futuro mix energético nacional, na proteção dos direitos dos consumidores e na garantia de condições adequadas para o investimento, considerámos oportuno o desenvolvimento deste Estudo, o qual pretendemos que seja uma ferramenta de trabalho útil para todos.

Desenvolvido com o apoio da EY Parthenon, o Estudo centra-se na problemática da sustentabilidade da rede nacional de distribuição de gás, tendo como principais objetivos:

- Analisar o enquadramento regulatório e estratégico nacional aplicável ao sector do gás;
- Avaliar os impactos das recentes alterações legislativas e medidas de política pública na procura de gás, no investimento e nas tarifas de acesso à rede;
- Analisar o papel estratégico da rede de distribuição de gás na transição

energética, nomeadamente na incorporação de gases renováveis como o biometano e o hidrogénio;

- Fornecer uma base analítica que permita apoiar decisões informadas sobre a evolução futura do Sistema Nacional de Gás, assegurando a sua sustentabilidade económica, tarifária e operacional.

Procurámos integrar informação relevante e a visão de diversas entidades externas à APIEE, pelo que cumpre-nos agradecer a quem contribuiu para a melhoria deste trabalho. Em concreto:

- Secretaria de Estado da Energia;
- DGEG – Direcção-Geral de Energia e Geologia;
- ENSE – Entidade Nacional para o Setor Energético;
- ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;
- Floene – Energias, S.A.;
- REN Portgás Distribuição, S.A.;
- Sonorgás – Sociedade de Gás do Norte, S.A.

O Estudo reforça a nossa convicção de que Portugal tem boas condições para ser bem-sucedido na Transição Energética que se encontra em curso, pelo que chamamos à atenção para as principais conclusões do mesmo.

Por parte da APIEE e em representação de todos os nossos associados, declaramos o nosso total empenho em contribuir ativamente para os objetivos coletivos a que o país se comprometeu.

João Rodrigues,

Diretor Executivo

APIEE

A rede de distribuição de gás constitui um ativo estratégico nacional essencial para a incorporação e veiculação de gases renováveis e para a transição energética

Importância da rede de distribuição de gás e dos gases renováveis

- **Robustez** da rede de distribuição de gás portuguesa – considerada uma das **mais modernas da Europa**.
 - **Resiliência e fiabilidade** da rede de distribuição pelo facto de ser enterrada.
 - **Capacidade de armazenamento** e gestão de picos de procura.
 - Gás convencional como **vetor de transição** que paulatinamente será gás de origem renovável.
 - **Diversificação da matriz energética**.
-
- A aposta nos gases renováveis, nomeadamente no Biometano, permitirá:
 - A **resolução do tema dos resíduos orgânicos** a nível nacional, incentivando a economia circular;
 - O **desenvolvimento regional**, dinamizando economias locais e reforçando a coesão territorial;
 - Um **fator adicional de rendimento e eficiência de custos para a agricultura** pela venda de resíduos e acesso a biofertilizante.
-
- Para alcançar a transição energética será necessário utilizar as **melhores soluções disponíveis, onde se inclui o vetor do gás**.
 - A infraestrutura de gás natural já **permitiu alcançar reduções significativas de CO2**; os gases renováveis também terão um lugar de destaque.
 - O SNG é um **ativo do Estado Português de +1B€ perfeitamente operacional** e preparado para a descarbonização dos consumos de energia.



- **Gás natural é uma alternativa mais económica** quando comparado com outras fontes de energia.
 - **Adaptar a rede de distribuição de gás para a descarbonização é mais eficiente em termos de custos** do que a eletrificação total (*descarbonização equilibrada: 1.120M€ a 1.740M€; sobrecusto associado a uma eletrificação total: 10.000M€*).
 - Oportunidade para a **crecente incorporação de gases renováveis** e consequente redução da dependência externa.
-
- Rede de distribuição de gás destaca-se pela sua **qualidade, capilaridade e adequação à crescente necessidade de veiculação de gases renováveis**.
 - **Gases renováveis deverão desempenhar um papel significativo na matriz energética futura** de Portugal e da Europa, como previsto nas principais estratégias energéticas europeias e nacionais.

Portugal tem potencial para substituir até 60% do GN consumido por biometano produzido internamente*.

O hidrogénio também tem potencial, já que a rede de distribuição de gás está preparada para o integrar

O biometano representa uma oportunidade mais imediata.

* Esse cenário resulta de estudos realizados pela Roland Berger, que identificam um elevado potencial de produção nacional de biometano e capacidade para substituir uma parte relevante do consumo atual de gás.
Fonte: Roland Berger; Observador; Análise EY-Parthenon

O quadro regulatório europeu propõe um sistema equilibrado de eletricidade e gás, tendo os conflitos geopolíticos enfatizado a importância da segurança energética

Enquadramento europeu

O quadro regulatório europeu converge num sistema integrado de eletricidade e gás, com a rede de distribuição de gás operacional e em descarbonização, onde todos os vetores energéticos são importantes.

1 Enquadramento regulatório europeu

Fit for 55:

- Aposta na passagem do gás fóssil para gases renováveis e de baixo teor de carbono. Inclui pacote para o mercado de hidrogénio e gás descarbonizado.

REPowerUE

- Objetivo de eliminar gradualmente a dependência das importações de gás, petróleo e carvão russos. Em 2023, a CE introduziu o “AggregateEU”, um sistema que combina a procura e a aquisição conjunta de gás.

Banco Europeu do Hidrogénio

- Desbloqueia investimentos privados nas cadeias de valor do hidrogénio, tanto dentro da UE como a nível global, ao ligar a oferta de energia renovável à procura da UE.

RED III

- Exige uma quota de 49% de energia renovável no consumo final de energia em 2030 nos edifícios e 42% do hidrogénio utilizado na indústria até 2030 deve ter origem em combustíveis renováveis de origem não biológica (e 60% até 2035).

Clean Industrial Deal

- Uma das prioridades é assegurar o bom funcionamento dos mercados do gás.



Novos contextos

Novo contexto geopolítico

- O novo contexto político global, marcado por tensões no Médio Oriente, com impacto no estreito de Ormuz, por onde circula cerca de 20% do petróleo e gás mundial, veio reacender preocupações sobre segurança energética e vulnerabilidade económica e política, já expostas pela guerra na Ucrânia. A transição energética está em curso, mas permanece condicionada por dependências estruturais que continuam a expor o sistema a riscos geopolíticos.

Crescente procura energética

- A procura energética deverá continuar a crescer até 2050, pressionada pela digitalização, nomeadamente centros de dados e inteligência artificial. Este contexto reforça o papel estratégico da energia na geopolítica global.

Num contexto de elevadas preocupações sobre segurança energética importa proporcionar todos os vetores energéticos disponíveis, onde os gases renováveis terão um papel essencial.

2 Planos estratégicos nacionais

Ver slide seguinte

Quebra no consumo de gás

A redução do consumo de gás deve ser entendida como uma **tendência estrutural** e transversal a todos os vetores energéticos, associada à evolução tecnológica e ao aumento da eficiência energética — trata-se de uma **dinâmica inerente ao processo de transição energética** e, nesse sentido, não constitui, por si só, um sinal negativo.

Embora uma leitura estritamente quantitativa da quebra do consumo possa induzir interpretações excessivamente alarmistas, **a realidade é mais matizada: a quebra no consumo é, em grande medida, um sinal de progresso.**

Neste enquadramento, a evolução do setor não é negativa; pelo contrário, **poderá evoluir de forma ainda mais favorável se forem criadas as condições certas.**

Contudo, **a política energética atualmente em vigor em Portugal revela-se desalinhada**, divergindo tanto do enquadramento regulatório europeu como dos próprios planos estratégicos nacionais, o que **fragiliza a gestão da transição energética e compromete a sustentabilidade do Sistema Nacional de Gás.**

3 Medidas legislativas nacionais

Ver página seguinte

Em Portugal, as medidas legislativas em vigor introduzem pressões adicionais que poderão não estar plenamente alinhadas com a evolução do SNG

Enquadramento nacional

Também os planos estratégicos nacionais convergem num sistema integrado de eletricidade e gás.

2

Planos estratégicos nacionais

RNC 2050

- O gás natural mantém-se como opção nas habitações no horizonte até 2040: existe espaço para os gases renováveis se posicionarem como uma fonte energética viável.

PNEC 2030

- O desenvolvimento de investimentos em gases renováveis será alavancado pela crescente incorporação de gases renováveis na rede de gás natural.

Estratégia Nacional para o Hidrogénio (2050)

- O objetivo é garantir, a longo prazo, uma descarbonização de toda a rede de Gás Natural: meta de injeção de H2 nas redes de gás natural é de 10% - 15% até 2030.

Plano de Ação para o Biometano (2040)

- Promover, até 2040, o mercado do biometano como uma forma sustentável de reduzir as importações de gás natural (não renovável) utilizado nos setores industriais e doméstico: objetivo de redução do consumo de GN: 18,6% até 2040.

CN2050

- A rede de gás é progressivamente descarbonizada pela mistura com hidrogénio renovável e metano renovável, incluindo biometano e metano sintético (RFNBO) – a mistura é apenas realizada ao nível da rede de distribuição.

As medidas legislativas recentes carecem desse enquadramento integrado, estando atualmente a operar em sentido divergente:

3

Medidas legislativas nacionais

Decreto-Lei 11/2023

- O Decreto-Lei n.º 11/2023 coloca em causa a descarbonização futura da rede de distribuição de gás ao eliminar a obrigatoriedade de instalação de gás nas novas habitações.
- Esta opção retira aos futuros moradores a possibilidade de acesso à rede e, consequentemente, à utilização futura de gases renováveis. Além disso, a ausência de instalação na fase de construção torna a ligação posterior tecnicamente mais complexa e significativamente mais dispendiosa.

Posição da ERSE sobre o PDIRD-G 2024

- A posição da ERSE relativamente à aprovação do PDIRD-G 2024 recomenda um corte substantivo do investimento em 2026 e 2027 (aproximadamente 30%) e incerteza em relação a 2028 e 2029.
- Esta opção de aprovação retira visibilidade aos operadores.

Programa E-Lar

- Substituição de soluções baseadas em combustíveis fósseis (como o gás) por alternativas elétricas.
- Um dos principais problemas reside no facto de o programa incidir sobre equipamentos a gás, e não sobre equipamentos ineficientes, sejam eles a gás ou elétricos. Adicionalmente, a medida não distingue o tipo de gás, não sendo coerente quando aplicado a clientes ligados à rede, que é precisamente a infraestrutura destinada a suportar a descarbonização.

O gás de botija, que atualmente representa um consumo significativo de gás e não é passível de ser descarbonizado, esse, sim, deve ser alvo das medidas legislativas.

Implicações das medidas legislativas em vigor



As recentes medidas legislativas têm consequências para os consumidores e para o próprio SNG, podendo condicionar irreversivelmente esta infraestrutura

Implicações das medidas legislativas

Decreto-Lei 11/2023

Para os consumidores

- **Limitação da liberdade de escolha** de futuros moradores do perfil energético da habitação .
- **Potencial agravamento da fatura energética**, dado que o gás continua a ser uma das fontes de energia mais competitivas.
- **Dependência exclusiva da eletricidade**, com aumento da vulnerabilidade a falhas e apagões.
- Necessidade dos consumidores **recorrerem a soluções menos seguras** (botijas, geradores a combustíveis líquidos) em emergências.
- Sem investimento na rede de distribuição de gás **não existe sistema para receber gás renovável**.

Para o Sistema Nacional de Gás

- **Queda nas novas ligações** de gás residencial.
- Risco de **ativos ociosos e subutilização** de investimentos já realizados.
- Redução da base de clientes residenciais compromete a diluição dos custos fixos da rede com **consequências tarifárias** para os consumidores remanescentes.
- **Impacto negativo na competitividade industrial**, em particular nos setores *hard-to-abate*.
- Rede perde a **escala necessária para viabilizar a injeção descentralizada de gases renováveis**, comprometendo os próprios objetivos do Plano de Ação para o Biometano e da Estratégia Nacional para o Hidrogénio.

Programa E-Lar

- Substituição de aparelhos a gás por equipamentos elétricos **tende a agravar os gastos mensais de energia**.
- A substituição de equipamentos a gás aptos para receber gás verde constitui um **desperdício de apoio para** substituir algo que está preparado para a descarbonização.
- Necessidade de **reforço da potência contratada** com custos fixos que não estão contemplados pelo E-Lar.
- **Não cobre despesas** com adaptações elétricas nem com a selagem segura das saídas de gás.
- **Menor comodidade e maior utilização de espaço** pelos equipamentos elétricos.
- Concentrar toda a procura apenas na rede elétrica aumenta a **probabilidade de interrupções locais**.

- Medida em **contraciclo com os esforços do SNG** para injetar / veicular gases renováveis.
- **Não distingue tipo de gases** sobre os quais se pretende realizar a substituição, **penalizando a perceção pública sobre o SNG**.
- **Incremento das tarifas no SNG** para clientes não domésticos.
- **Contraria o esforço a que os operadores estão obrigados** de promoverem o crescimento do SNG e contribui para a ociosidade dos ativos.

Comparando equipamentos eficientes de gás e de eletricidade, verifica-se que, face à opção gás natural, a **medida anunciada agrava, em qualquer cenário, os custos ao cliente final**.

Sobrecusto anual face à opção de menor custo (GN):

Cozinha

Placa de indução
+ 50€ a 69€ / ano

Placa de vitrocerâmica
+ 55€ a 89€ / ano

Placa propano
- 8€ a + 71€ / ano

Águas sanitárias

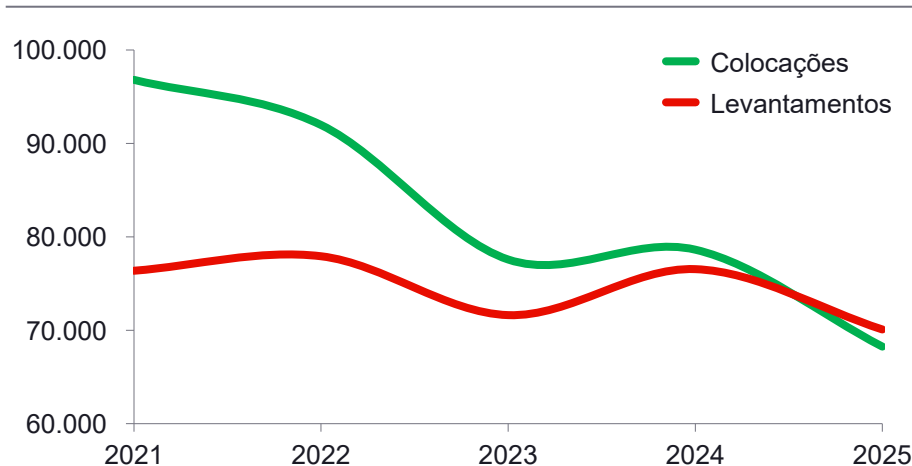
Esquentador a gás propano
+ 131€ / ano

Termoacumulador elétrico
+ 294€ / ano

Preservar o SNG como infraestrutura viva é uma condição essencial para garantir a integração de gases renováveis e um sistema energético equilibrado e sustentável

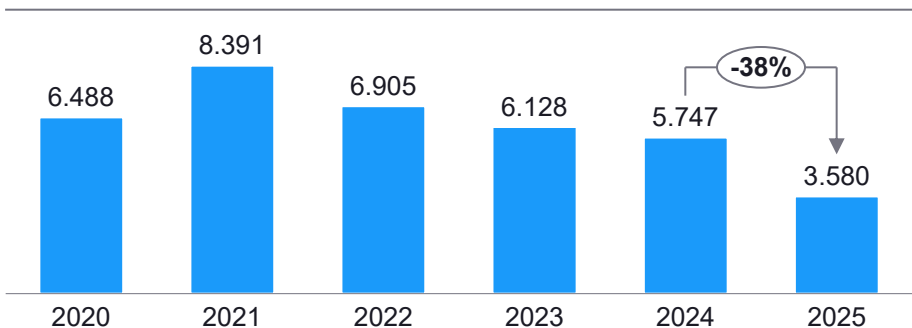
Efeitos das medidas legislativas

Colocações e levantamentos na rede de gás (nº) | 2021-2025



- A análise da evolução das colocações e levantamentos agregados das 3 concessionárias da rede de distribuição de gás (Floene, REN Portgás e Sonorgás) revela uma inversão estrutural na dinâmica da rede: **em 2025, o número de levantamentos passou a ser superior ao número de colocações.**
- Com a nova edição do Programa E-Lar, **espera-se que o número de levantamentos aumente.**
- Em inquéritos realizados pelas concessionárias sobre as razões dos levantamentos, **um dos motivos mais citados é o Programa E-Lar.**
- Importa ainda salientar que existem milhões de **clientes com gás de botija** – menos eficiente no preço e na segurança – que **deveriam ser migrados para o gás natural ou para a eletrificação.**

Pontos de abastecimento do Mercado Novo disponibilizados ao mercado (nº) | 2020-2025



- Observa-se, em 2025, uma **redução acentuada do número de pontos de abastecimento de mercado novo**, que contraria o forte crescimento do número de fogos em construções residenciais concluídos nesse ano.
- Esta **redução resulta do Decreto-Lei 11/2023**, que eliminou a obrigatoriedade de instalação de gás em edifícios novos ou sujeitos a obras com controlo prévio.
- Os **efeitos do decreto-lei deverão tornar-se mais visíveis a partir de 2026**: espera-se uma tendência estrutural de separação entre a evolução dos fogos construídos (a aumentar) e o número de pontos de abastecimento atribuídos (a diminuir).

O SNG perde se deixar de ser uma infraestrutura viva.

- Se as atuais medidas legislativas continuarem a interferir com o desenvolvimento natural da rede, o risco não é apenas uma redução pontual da procura, mas a erosão progressiva do próprio sistema: sem uma rede nacional de gás ativa, não há incorporação de biometano; sem clientes, não há mercado; sem mercado, perde-se a escala necessária para assegurar neutralidade tarifária e viabilidade económica.
- Uma rede nacional de gás subutilizada torna-se mais onerosa para os utilizadores remanescentes, fragiliza os investimentos e compromete a capacidade de adaptação às exigências da transição energética: não existe resiliência sem investimento contínuo, nem transição energética sem capacidade de rede.
- Preservar a rede como infraestrutura viva e dinâmica é, por isso, uma condição essencial para garantir segurança de abastecimento, integração de gases renováveis e um sistema energético equilibrado e sustentável no longo prazo.

A evolução do SNG deve resultar de uma visão de longo prazo, tendo em conta que uma descarbonização equilibrada pode gerar poupanças de 10.000 milhões de euros

Importância de uma descarbonização equilibrada

As medidas legislativas atualmente em vigor aceleram a tendência de eletrificação e a redução da procura de gás no segmento residencial, não por ausência de necessidade energética, mas por via de sinais regulatórios e económicos que condicionam as opções disponíveis aos consumidores.



Coloca-se a questão de perceber em que medida a desvalorização de uma rede moderna e preparada para o futuro, em favor de uma maior concentração do consumo na eletricidade, pode introduzir vulnerabilidades adicionais no sistema energético

1.120 M€ a 1.740 M€

Investimento CAPEX associado a uma **descarbonização equilibrada**, que pressupõe eletricidade renovável e gases renováveis.



Sobrecusto associado a uma **eletrificação total**.

10.000 M€



- A combinação de eletricidade e gases renováveis poderá gerar poupanças globais de cerca de 10.000M€, comparada com uma eletrificação total.
- O principal fator é a poupança resultante da menor expansão da rede elétrica.
- As poupanças adicionais resultam das menores ambições em relação ao isolamento térmico e, por conseguinte, de menores investimentos na estrutura dos edifícios.
- O aumento dos custos energéticos é compensado pela redução dos custos dos sistemas de aquecimento.

Abdicar do Sistema Nacional de Gás (SNG) significa desperdiçar um **ativo de +1B €** perfeitamente operacional e preparado para a descarbonização dos consumos de energia.

Reflexão estratégica



- O futuro do Sistema Nacional de Gás não constitui uma questão meramente técnica, nem se esgota no debate sobre a incorporação de gases renováveis: trata-se, antes, de uma opção estratégica de política pública que deve ser assumida ao mais alto nível de decisão.
- O Sistema Nacional de Gás é um vetor energético com relevância para a competitividade económica, a segurança de abastecimento, a coesão territorial, a preservação do ambiente e a gestão equilibrada da transição energética, em complementaridade com o sistema elétrico.
- A sua evolução deve, por isso, resultar de uma **visão integrada e coerente de longo prazo, alinhada com os objetivos nacionais e europeus**, e não de decisões fragmentadas ou de curto prazo que **condicionem irreversivelmente o papel desta infraestrutura no desenvolvimento do país**.

A diminuição do consumo não compromete a relevância do SNG: o desafio está em integrá-la de forma ordenada e previsível no planeamento do sistema energético

Evolução da procura de gás

A redução da procura de gás deve ser entendida como uma tendência estrutural e transversal a todos os vetores energéticos, mas o problema é que está a ser significativamente acelerada por escolhas políticas desalinhadas com os planos estratégicos e a evolução do próprio SNG.

Fatores de redução da procura de gás:

- A **evolução tecnológica** tem conduzido a **ganhos significativos de eficiência energética** nos equipamentos e processos: a melhoria do desempenho térmico dos edifícios, a modernização dos equipamentos e a otimização dos consumos traduzem-se numa redução da energia necessária para satisfazer as mesmas necessidades.
- A **eletrificação crescente dos consumos energéticos** constitui uma tendência estrutural do sistema energético, impulsionada por objetivos climáticos, avanços tecnológicos e estratégias europeias de descarbonização: esta dinâmica tem promovido a substituição de soluções a gás por soluções elétricas em vários usos finais, contribuindo para a redução da procura de gás.
- Os **programas de incentivo e as alterações legislativas recentes** reforçaram a tendência de eletrificação, ao promoverem ativamente a substituição de equipamentos a gás por soluções elétricas e ao eliminarem a obrigatoriedade de instalação de gás em novas habitações: estas medidas aceleram a redução da procura no segmento residencial, não por ausência de necessidade energética, mas por via de sinais regulatórios e económicos que condicionam as opções disponíveis aos consumidores.

Importa, no entanto, distinguir entre a existência de uma tendência estrutural de redução da procura de gás e a ideia de inevitabilidade do declínio do sistema.

Fatores de crescimento potencial da procura de gás:

- Apesar da tendência estrutural de redução do consumo de gás natural, existem fatores relevantes que podem sustentar — e, em alguns segmentos, reforçar — a procura ao longo do tempo, em particular **quando enquadrados numa estratégia ativa de descarbonização pela via dos gases renováveis**.
- O **surgimento de novas indústrias intensivas em energia**, nomeadamente *data centers* e infraestruturas digitais, poderá constituir um vetor relevante de procura de gás.
- Os **setores industriais *hard-to-abate*** mantêm uma dependência estrutural de gás natural pelo que a sua descarbonização ocorrerá pela via dos gases renováveis — o biometano e o hidrogénio surgem como vetores críticos para a descarbonização destes setores, permitindo reduzir emissões sem comprometer a competitividade industrial. Também os **transportes pesados** (mercadorias, marítimo e aviação) não são eletrificáveis, pelo que dependem de gases renováveis para a sua descarbonização.
- A **dinâmica de crescimento da construção residencial** constitui um fator de sustentação potencial da procura (na ausência de medidas que fomentam a substituição indiscriminada do gás natural por eletrificação): uma rede de distribuição de gás moderna e progressivamente descarbonizada poderá ter elevada procura e permitir aos consumidores beneficiar de energia mais limpa, segura e económica.

A diminuição do consumo não implica, por si só, a perda de relevância do Sistema Nacional de Gás: o verdadeiro desafio não reside em contrariar esta dinâmica, mas em integrá-la de forma ordenada, previsível e coerente no planeamento do sistema energético, assegurando a sua estabilidade económica, tarifária e operacional.

A evolução da procura de gás no país exige uma resposta integrada de planeamento, investimento e regulação tarifária

Procura, investimento e tarifas de acesso à rede de distribuição de gás

A sustentabilidade do SNG depende da gestão da redução estrutural da procura sem comprometer investimento e neutralidade tarifária

Enquadramento da procura

- A redução da procura de gás é estrutural, comum a todos os vetores energéticos e resulta, sobretudo, de ganhos de eficiência e eletrificação, mas está a ser acelerada por escolhas regulatórias recentes.
- Esta dinâmica não elimina a relevância do SNG, mas exige planeamento previsível e de longo prazo para evitar decisões de curto prazo que fragilizem o sistema.
- O investimento na rede de distribuição continua a ser necessário para garantir:
 - Segurança e continuidade de serviço;
 - Integração de gases renováveis (biometano e H₂);
 - Manutenção da qualidade e fiabilidade da infraestrutura.
- Perda acelerada de clientes + redução abrupta do investimento gera um risco crítico:
 - Subutilização de ativos;
 - Diluição insuficiente dos custos fixos;
 - Pressão ascendente sobre as tarifas de acesso à rede.

Sem uma abordagem integrada, a redução da procura traduzir-se-á em maior pressão tarifária e perda de eficiência económica

Implicações tarifárias e económicas

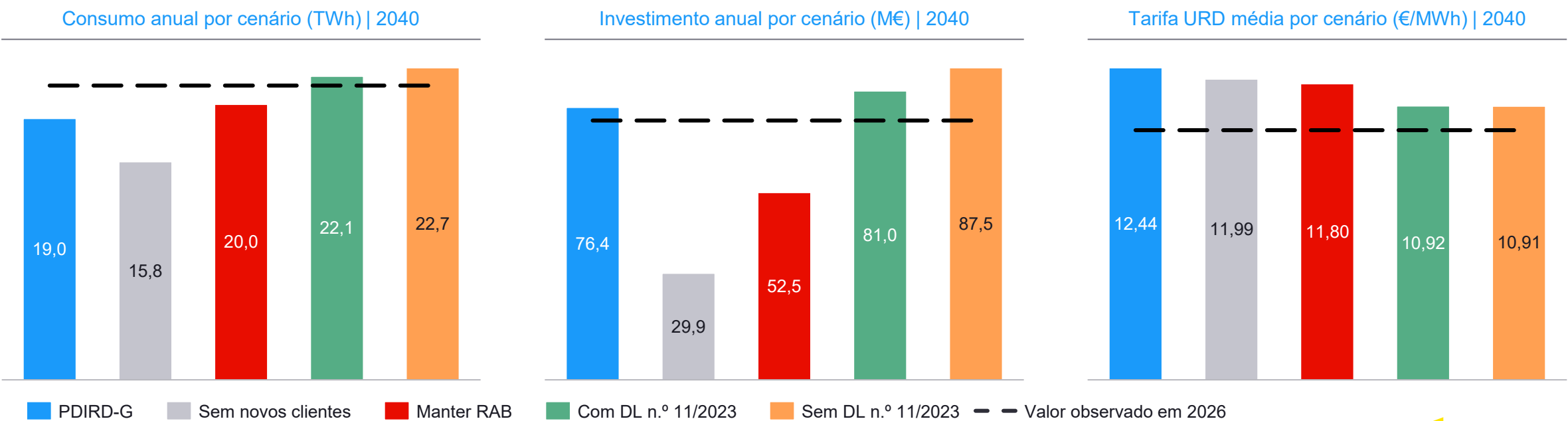
- As tarifas de acesso à rede nacional de gás refletem os custos fixos associados à Base de Ativos Regulados (RAB), cuja recuperação ocorre em horizontes longos.
- Num cenário de contração da base de clientes, a ausência de investimento coordenado e previsível:
 - Aumenta o custo unitário por cliente;
 - Penaliza consumidores remanescentes;
 - Afeta de forma desproporcionada a indústria e os setores *hard-to-abate*.
- Já a incorporação de gases renováveis permite:
 - Manter fluxos energéticos na rede;
 - Reduzir o risco de ativos ociosos;
 - Mitigar pressões tarifárias no médio e longo prazo.
- A experiência europeia mostra que redes sustentáveis em transição energética:
 - Não abandonam o investimento;
 - Adaptam o perfil de investimento à evolução da procura;
 - Preservam a rede como infraestrutura viva e económica.

Preservar a rede de distribuição de gás como infraestrutura estratégica e economicamente eficiente é uma escolha de política pública essencial para a neutralidade tarifária, a competitividade industrial e a transição energética.

Os cenários de procura suportam um nível de investimento moderado e previsível na RNDG

Impactos tarifários dos cenários de investimento na RNDG

- A análise de cenários evidencia que, mesmo **num contexto de redução estrutural da procura**, subsiste em 2040 uma base relevante de consumo de gás (entre 16 a 23 TWh), compatível com um **nível de investimento moderado e previsível na RNDG** (de 30 M€ a 85 M€ por ano): reduções acentuadas do investimento **não eliminam os custos fixos da RNDG**, limitando-se a redistribuí-los por menores volumes de consumo.
- Do ponto de vista tarifário, **cenários de menor investimento não conduzem a tarifas mais baixas a longo prazo**, refletindo efeitos de subutilização e menor diluição de custos: em contraste, **cenários com investimento anual na ordem dos 75–85 M€ apresentam tarifas mais estáveis**, próximas dos valores observados, evidenciando o papel do investimento enquanto **fator de estabilização tarifária**; não obstante, para qualquer cenário de investimento, as tarifas médias crescem, em média, entre 0,6% e 1,5% ao ano, **abaixo do nível da inflação esperado** de 2% ao ano.
- Em síntese, os gráficos confirmam que **o principal risco para as tarifas e para a sustentabilidade económica da RNDG resulta de trajetórias de investimento excessivamente restritivas**, sendo racional adotar uma trajetória de investimento contínua, ajustada à procura projetada e orientada para a preservação da escala económica da RNDG.



Ficha editorial

Título

Sustentabilidade da rede nacional de distribuição de gás

Promotor

APIEE – Associação Portuguesa dos Industriais de Engenharia Energética

Autoria

EY-Parthenon

Equipa técnica

Supervisão

Paulo Madruga

Coordenação

Hermano Rodrigues

Equipa técnica

Beatriz Costa

Luís Quartin

Rui Faustino

Colaboração

Floene

Portgás

Sonorgás

Data

Junho de 2026



EY | Building a better working world

EY exists to build a better working world, helping to create long-term value for clients, people and society and build trust in the capital markets.

Enabled by data and technology, diverse EY teams in over 150 countries provide trust through assurance and help clients grow, transform and operate.

Working across assurance, consulting, law, strategy, tax and transactions, EY teams ask better questions to find new answers for the complex issues facing our world today.

EY refers to the global organization, and may refer to one or more, of the member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients. Information about how EY collects and uses personal data and a description of the rights individuals have under data protection legislation are available via ey.com/privacy. EY member firms do not practice law where prohibited by local laws. For more information about our organization, please visit ey.com.

EY-Parthenon is a brand under which a number of EY member firms across the globe provide strategy consulting services. For more information, please visit ey.com/parthenon.

© 2026 Ernst & Young, S.A. All Rights Reserved.

This material has been prepared for general informational purposes only and is not intended to be relied upon as accounting, tax, legal or other professional advice. Please refer to your advisors for specific advice.

ey.com

Contactos

Paulo Madruga

+351 966 826 556

paulo.madruga@parthenon.ey.com

Hermano Rodrigues

+351 932 596 144

hermano.rodrigues@parthenon.ey.com
